

22.outubro.2014 – 12h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF)  
Carlos Afonso (Presidente), Steve Estevão (Vice-Presidente) e David Santana
- Recebidos por:** Deputados Pedro Pimpão (PSD), Isilda Aguincha (PSD), Paula Gonçalves (PSD), Cristóvão Simão Ribeiro (PSD), Agostinho Santa (PS) e Diana Ferreira (PCP).
- Assunto:** Apresentação de preocupações relativas ao Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas

**Exposição:** O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou as boas vindas aos membros da delegação e convidou-os a fazerem a respetiva exposição.

Após uma breve apresentação da [Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia \(APEF\)](#), uma associação constituída por 8 membros, que representa cerca de 5000 estudantes de Ciências Farmacêuticas, e que tem como principal missão a defesa dos interesses dos estudantes e do seu desenvolvimento profissional, os representantes da APEF informaram que vão realizar o seu primeiro congresso político, nos dias 22 e 23 de novembro, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Convidaram ainda os Deputados da Comissão para participarem nesta iniciativa.

Apresentaram, de seguida, algumas das preocupações com que se debatem os estudantes e que estarão em debate no seu Congresso e que, sucintamente, se enunciam:

- Defendem que devem ser integrados no ensino interligado, o que permite que aprendam em conjunto com outros profissionais de saúde (farmácia, nutrição, medicina, etc), aproveitando a rede que existe, das diversas instituições que se encontram no mesmo campus e próximo de um hospital;
- Consideram que os planos curriculares do Mestrado integrado em Ciências Farmacêuticas se encontram desatualizados, pelo que consideram que devem ser revisto e ajustados à realidade da profissão;
- Defendem o cumprimento da norma europeia que permite o estágio intercalar;
- Contestam que grande parte do valor das propinas seja canalizada para a investigação e não em prol do estudante;
- Relativamente aos numerus clausus no ensino superior, consideram que não existem instituições em excesso em Portugal, mas entendem que se tem registado um exagero na abertura de vagas, sem que existam condições de excelência nas instituições ou necessidade por parte do mercado de trabalho;
- Reconhecem a necessidade de adequar o Mestrado à realidade atual, de forma a evitar o desemprego e a precaridade de trabalho, que tem levado muitos licenciados a optar pela emigração.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), qua cumprimentou os estudantes e saudou a sua ação, enquanto dirigentes estudantis. Lembrou que algumas das matérias expostas não se integram nas competências da Assembleia da República, mas afirmou que, ainda assim, enquanto órgão fiscalizador da ação do Governo, o Parlamento pode



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

propor medidas que vão ao encontro das preocupações apresentadas. A este propósito, solicitou a apresentação de propostas concretas e uma informação sobre as diligências já tomadas ou a tomar. Terminou, agradecendo o convite para o Congresso, manifestando a disponibilidade do PSD para estar presente, caso esta data seja compatível com a atividade parlamentar.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) cumprimentou os representantes da APEF e agradeceu a exposição, considerando fundamental que os Deputados conheçam as preocupações e as propostas, pese embora muitas das questões interfiram com a autonomia das instituições e com o trabalho da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Agradeceu, por último, o convite para a participação no Congresso e manifestou a sua disponibilidade para estar presente, solicitando também o envio das respetivas conclusões.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou os estudantes por se terem dirigido à Assembleia da República e pelo trabalho que desenvolvem em prol do associativismo. Relativamente à precariedade e ao desemprego, que se verificam também noutros setores, considerou que resultam das políticas seguidas por este Governo e pelos anteriores e defendeu que a todos os postos de trabalho permanentes devem corresponder colocações efetivas dos profissionais. Concluiu, afirmando que as propinas têm servido para pagar salários e despesas fixas, e apresentou dados relativos ao subfinanciamento que se tem registado desde 2011, nas instituições de ensino superior das áreas das Ciências Farmacêuticas.

A Sra. Deputada Paula Gonçalves (PSD) disse ter tomado boa nota das preocupações expressas e felicitou os audientes pela pro-atividade em defesa dos interesses dos estudantes, esperando que atinjam os seus objetivos.

Os representantes da APEF afirmaram ter noção de que a Assembleia da República não tem competência para responder a muitas das questões expostas mas reconhecem que algumas das alterações no sistema de ensino resultaram de propostas apresentadas pela Assembleia da República.

Afirmaram que as mudanças no ensino privado são mais céleres e mais fáceis que no público e defenderam uma formação de excelência, em especial na área do medicamento. Concluíram, transmitindo que enviarão o convite formal para o Congresso, bem como as respetivas conclusões.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) agradeceu a presença e manifestou a disponibilidade da Comissão para, se assim entenderem, se agendar uma nova reunião, para apresentação das conclusões do Congresso.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 22 de outubro de 2014

A assessora da Comissão  
*Cristina Tavares*